



Vigilantes do Santander são proibidos de almoçar, denuncia bancários



O **Sindicato dos Bancários de Jundiá** e região realizou na manhã desta quarta-feira (23) mobilização nas agências do Santander de Várzea Paulista e Caieiras para protestar contra a falta de horário de almoço para vigilantes nestas agências.

De acordo com denúncias, o Santander tomou uma medida desumana ao proibir os vigilantes de almoçarem. Durante todo o período de atendimento do banco, os vigilantes não podem fazer parada para o almoço já que não existem funcionários que possam cobrir esse intervalo.

O banco alega que a responsabilidade dos horários da vigilância é da empresa terceirizada. No entanto, essa responsabilidade é sim do Santander que é contratante do serviço e, principalmente, pelo fato de os vigilantes trabalharem dentro da agência. O Sindicato informa que as agências foram paralisadas até o meio-dia de hoje.

Santander, respeite o trabalhador!

Fonte: Sindicato dos Bancários de Jundiá

Adicional de risco de vida pago a vigilante de carro-forte não faz parte de outras parcelas

A Sexta Turma do Tribunal Superior do Trabalho excluiu da condenação imposta à Brink's Segurança e Transporte de Valores Ltda. a integração do adicional de risco de vida pago a um vigilante de carro forte no cálculo de outras parcelas salariais. A decisão leva em conta que o acordo coletivo que previa o pagamento definia que o adicional não teria natureza salarial, mas indenizatória.

O Tribunal Regional do Trabalho da 17ª Região (ES) havia deferido a integração com

o entendimento de que o adicional teria a mesma natureza do adicional de risco portuário e outros devidos em decorrência de situação especial, mais gravosa, em que o trabalho é desempenhado. Para o TRT, trata-se de parcela de contraprestação do trabalho, e a existência de cláusula coletiva dispendo em sentido contrário não retiraria seu caráter salarial.

TST

No recurso de revista ao TST, a Brink's alegou que o adicional foi pago conforme previsto no

acordo coletivo, que estabeleceu que a parcela não teria repercussão nas demais. Na avaliação do relator, ministro Augusto César Leite de Carvalho, deve-se validar e prestigiar a cláusula normativa que estabeleceu os critérios e a forma de pagamento do adicional.

O ministro assinalou que o pagamento do adicional é resultado de negociação coletiva e que o artigo 7º, inciso XXVI, da Constituição da República consagra o reconhecimento e a validade das convenções e dos acordos coletivos de trabalho. Lembrou ainda que, no caso, a negociação coletiva não feriu preceito

de norma pública de proteção à saúde, à segurança e à higiene do trabalhador.

“A parcela instituída por norma coletiva pode ter a sua base de cálculo ou consequências jurídicas limitadas”, explicou, destacando que o TST tem validado cláusulas que preveem o pagamento do adicional de risco de vida sem repercussão em qualquer outra parcela remuneratória.

A decisão foi unânime.

(LT/CF)

Processo: RR-26500-61.2014.5.17.0181

Fonte: TS

Projeto libera armas de maior calibre para vigilantes



Waldemir Moka (PMDB-MS) crê que o projeto auxiliará na preservação da vida dos vigilantes de valores
Pedro França/Agência Senado

O senador Waldemir Moka (PMDB-MS) apresentou um projeto que permite aos vigilantes que atuam na segurança de bens e dinheiro portarem armas mais potentes. Na sua opinião, os assaltos a bancos, carros-fortes e empresas de guarda de valores estão “mais ousados”, e tais profissionais se encontram em situação de “extrema fragilidade”.

De acordo com o PLS 16/2017, os vigilantes que prestam serviço para instituições financeiras poderão portar pistolas de calibre .40 polegada e, quando atuarem no transporte de valores, fuzis de 5,56 milímetros. A condição para o uso dos armamentos é o treinamento específico de manuseio.

De acordo com a legislação atual, os vigilantes já podem fazer uso de revólver calibre 32 ou 38 e de espingarda de calibre 12, 16 ou 20. O projeto também estipula que todas as armas utilizadas pelos profissionais sejam de fabricação nacional, para que haja estímulo à base industrial de defesa brasileira.

Moka explica que a lei que regulamenta o armamento de vigilantes está defasada, e que seu projeto procura reduzir a discrepância entre o poder de fogo dos assaltantes e o dos vigilantes e aumentar as chances de defesa e sobrevivência desses profissionais.

— Esses delitos envolvem o uso de armamentos pesados e explosivos pelos criminosos, causando intensos tiroteios, a perda de milhões de reais e, o pior, a morte de vigilantes. Enquanto a moeda física não for substituída pela virtual, a sociedade terá de conviver com esse delito — explica o senador em sua justificativa para o projeto.

O PLS 16/2017 está na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) com Parecer pela aprovação, e caso seja aprovado, segue para votação na Câmara dos Deputados, se não houver emendas, já que tem caráter terminativo.

Fonte: Agência Senado

Bancos fecham 2.347 postos de emprego nos quatro primeiros meses de 2018



Mesmo com a sequência de lucros, os bancos fechados 2.347 postos de emprego bancário em todo o país, nos quatro primeiros meses de 2018. São Paulo, Rio de Janeiro e Paraná foram os estados com maiores saldos negativos. Foram, ao todo, 8.933 admissões e 11.280 desligamentos no mês. Somente em março, os bancos fecharam mais de 121 postos de trabalho pelo país.

Os dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED) apontam ainda que São Paulo registrou 58,1% das admissões e 65,5% do total de desligamentos, apresentando o maior saldo negativo no emprego bancário no período analisado, com 663 postos fechados no ano. Rio de Janeiro e Paraná foram os estados que mais fecharam postos, depois de São Paulo. Foram fechados, respectivamente, 462 e 323 postos. O Pará apresentou o maior saldo positivo (95 postos).

Para Juvandia Moreira, presidenta da Contraf-CUT, a pesquisa deixa clara a falta de responsabilidade social dos bancos. “É inadmissível que ao mesmo tempo que os banqueiros lucram cada vez mais, eles cortem postos de trabalho. Toda a população é atingida, pois aumenta o desemprego no país, sobrecarrega os profissionais que continuam empregados nas instituições e prejudicam a qualidade do atendimento aos clientes. Isso, sem comentar as altas taxas de juros executadas no País.”

A situação é mais alarmante se levarmos em conta que, desde janeiro de 2016, apenas em 4 meses os saldos foram positivos (janeiro de 2016, julho e novembro de 2017 e janeiro de 2018).

Para a presidenta da Contraf-CUT, está na hora dos bancos cumprirem seu papel dentro do país. “Eles precisam parar de só pensar no lucro e começar a se preocupar com o desenvolvimento

do Brasil, gerando cada vez mais empregos e disponibilizando crédito aos brasileiros com juros realistas”, completou.

De acordo com dados dos balanços das instituições financeiras, os cinco maiores bancos que atuam no país (Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, Bradesco, Itaú e Santander) eliminaram 16,9 mil postos de trabalho somente em 2017. Levando em conta todo o setor bancário, segundo o Caged, o número de vagas extintas no ano passado chegou a 17,5 mil.

Banco do Brasil, Bradesco, Itaú e Santander – os quatro maiores bancos múltiplos com carteira comercial que atuam no país –, lucraram R\$ 17,4 bilhões apenas nos três primeiros meses de 2018.

No período, o Banco do Brasil atingiu lucro líquido ajustado de R\$ 3 bilhões, crescimento de 20,3% em relação ao primeiro trimestre de 2017. O Bradesco teve lucro líquido recorrente de R\$ 5,1 bilhões, alta de 9,8% em relação ao mesmo período do ano passado. O Itaú obteve lucro líquido recorrente de R\$ 6,4 bilhões, crescimento de 3,9% em relação a igual período do ano passado. O Santander alcançou lucro de R\$ 2,9 bilhões, alta de 25,4% em relação ao mesmo período do ano passado.

A Caixa ainda não divulgou seu lucro trimestral, e junto com os outros quatro bancos citados acima, responde por aproximadamente 90% dos empregos do setor bancário.

Os bancos não lucram apenas com o fechamento de postos de trabalho. A alta rotatividade com redução salarial é outra maneira encontrada por esses conglomerados para aumentar os ganhos.

De janeiro a abril, os bancários admitidos recebiam, em média, R\$ 4.007, enquanto os desligados tinham remuneração média de R\$ 6.607. Ou seja, os admitidos entram ganhando 61% do que os que saem.

A discriminação de gênero é outra realidade nos bancos. Em abril, as bancárias mulheres foram contratadas com média salarial de R\$ 3.245, o que equivale a 72% do salário médio dos bancários homens, que no mesmo mês foram admitidos com média salarial de R\$ 4.488. As bancárias demitidas recebiam, em média, R\$ 5.549, equivalente a 73% do salário médio dos homens desligados que ganhavam R\$ 7.579.

Fonte: Contraf-CUT

TST dá aval para desconto de contribuição sindical aprovada em assembleia dos trabalhadores



Com Um acordo que prevê o recolhimento de contribuição sindical equivalente a 50% do salário de um dia dos trabalhadores e trabalhadoras da mineradora Vale foi aceito pelo vice-presidente do Tribunal Superior do Trabalho (TST), Renato de Lacerda Paiva.

A decisão representa o primeiro posicionamento concreto do TST sobre o tema desde que a reforma trabalhista do ilegítimo e golpista Michel Temer (MDB-SP) foi aprovada pelo Congresso Nacional.

Chamada de “cota negocial”, a arrecadação está prevista no termo aditivo ao acordo coletivo assinado nesta terça-feira (22) pela empresa e o Sindicato dos Trabalhadores em Empresas Ferroviárias dos Estados do Maranhão, Pará e Tocantins (Stefem).

O presidente do Sindicato, Lúcio Azevedo, conta que foram feitas diversas assembleias para discutir o acordo coletivo e, ao mesmo tempo, debater com toda a categoria a importância do financiamento da estrutura sindical por parte dos trabalhadores.

Ele explica que o acordo mediado pelo Tribunal foi resultado de um longo processo de diálogo com os trabalhadores e trabalhadoras, além de negociações com a direção da empresa.

“Fizemos a consulta, garantimos a votação

secreta, por meio de cédula para preservar os trabalhadores e trabalhadoras, e 51% aprovaram a proposta do desconto”, relata Lúcio.

Ao receber do sindicato a decisão referendada em assembleia, a direção da Vale reconheceu o resultado, mas, segundo o presidente da Stefem, não se sentiu juridicamente segura para cumprir a decisão com medo de ações jurídicas.

“Por isso, entramos com pedido diretamente no TST solicitando uma conciliação sobre o assunto.”

O vice-presidente do TST, Renato de Lacerda Paiva, o sub procurador-geral do Trabalho, Luiz da Silva Flores, e o juiz auxiliar da vice-presidência do Tribunal, Rogério Neiva Pinheiro, se reuniram e apresentaram a proposta que foi aprovada pela direção do sindicato e da empresa.

“Eles alegaram que esse assunto seria tema de outras ações e, por isso, se dedicaram a apresentar um acordo para julgar o nosso caso, que foi o primeiro de todos e possivelmente será utilizado como parâmetro em outras ações.”

O presidente da Stefem acrescenta ainda que, apesar de a categoria aprovar o desconto de um dia inteiro de trabalho, como ocorria com o imposto sindical, a proposta de mediação apresentou 50% desse valor. “Não é o ideal diante do que foi decidido pela categoria, mas foi um bom acordo para o momento e aceitamos a proposta.”

Está claro para diversas categorias que o governo golpista, pressionado pelos empresários, acabou com o imposto sindical para enfraquecer a luta da classe trabalhadora por direitos e benefícios conquistados.

“Era esse um dos principais objetivos do golpe, como sempre alertamos”, diz secretário

de Assuntos Jurídicos da CUT, Valeir Ertle.

“Em algumas categorias, a luta hoje é para manter o acordo coletivo de trabalho que garante benefícios conquistados com muita luta, como auxílio alimentação, creches, reajustes acima da inflação”.

Para ele, a decisão do TST é muito importante para as entidades sindicais e pode servir de jurisprudência para outras ações.

“Essa decisão demonstra uma mudança de entendimento do Tribunal no que diz respeito à contribuição sindical. Depois da reforma trabalhista, não tinha nenhum debate concreto que pudesse balizar as decisões em outras instâncias”, avaliou o dirigente.

“A forma democrática como o sindicato construiu todo o processo até a conquista do acordo serve de exemplo para diversas categorias que já vem enfrentando dificuldades nesse sentido”, completou.

Como será o desconto

A cota negocial será descontada pela Vale no contracheque dos trabalhadores e trabalhadoras no segundo mês imediatamente subsequente à data de assinatura do acordo.

Os trabalhadores não filiados ao Stefem que não concordarem com o recolhimento da cota têm 20 dias para se manifestar pessoalmente junto ao sindicato – por escrito e com identificação de assinatura legível. Depois, o trabalhador terá de levar à empresa o comprovante de contestação do desconto apresentado ao sindicato.

Se não seguir esse procedimento, o desconto será feito automaticamente.

Segundo o presidente do Stefem, Lúcio Azevedo, o sindicato já está autorizado a realizar o mesmo procedimento para o desconto da cota negocial em novembro – data-base da categoria.

Fonte: CUT Nacional

TEMER PERDE O COMANDO, MAIA ASSUME O CONTROLE E PETROBRAS DESMORONA



O governo golpista entrou em parafuso com a crise da greve dos caminhoneiros. Temer não conseguiu negociar o fim do movimento. O presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia (DEM), assumiu o papel de

primeiro-ministro ao aprovar na Câmara na noite de ontem (24) a reoneração da folha de pagamento de alguns setores, com isenção de PIS/Cofins sobre o diesel, contra a vontade do governo. E a “joia da coroa” do golpe, a

Petrobras, entregue como uma sesmaria a Pedro Parente, está de joelhos; o projeto de entrega da empresa e do pré-sal aos grandes grupos internacionais está desmoralizado.

Para o colunista Leandro Colon, Temer está no chão: “O governo de Michel Temer não aguentou três dias de greve de caminhoneiros. Sentiu o peso político de um país à beira de uma paralisia causada pelos protestos nas rodovias. Não suportou a pressão, esqueceu o que dissera e foi à lona. O episódio tem revelado o quão desnorteado está o Planalto. Impopular, fraco, cambaleante a cada crise.” Dentre os mais ardorosos defensores do governo golpista, como Míriam Leitão, o discurso é de que Temer estaria sob terrível “chantagem”.

Temer perdeu a base de sustentação de seu governo, o apoio do Congresso Nacional, que foi o motor do golpe contra Dilma. Festejado por meses pela mídia conservadora como “brilhante” articulador político, capaz de costurar consensos e uma ampla base parlamentar, Temer não consegue aprovar mais nada no parlamento e, agora, vê o presidente da Câmara assumir funções de governo, com a decisão de ontem à noite. Já há especulações sobre a “alternativa Maia” diante do colapso do governo. Escreve o jornalista Raymundo Costa: “A sete meses do fim de seu mandato, o presidente Michel Temer perdeu o apoio da principal fonte de sustentação de seu governo - o Congresso Nacional. Só uma situação de grave emergência pode levá-lo a obter algo expressivo do Parlamento. A situação é pior na Câmara. Se houver a tão temida terceira denúncia do Ministério Público Federal, Temer pode não ter mais os votos de 171 deputados para salvar o mandato. Neste

caso, o presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), assumiria o governo e o que não falta a seu redor são deputados dizendo que ele poderia concorrer à reeleição no cargo. Maia tutela o governo e se sente bem nesse papel.”

O coração e o pulmão do governo oriundo do golpe de 2016 foi atingido com a greve dos caminhoneiros. O coração é o desmantelamento das políticas sociais do governo do PT, com a orientação ultraliberal na condução do país. O pulmão é a liquidação da Petrobras com sua entrega e do pré-sal às grandes petroleiras internacionais e a implantação de uma política de preços que tornou o Brasil, um dos maiores produtores mundiais de petróleo, naquele que tem os combustíveis de mais alto preço do mundo. Os petroleiros iniciaram na manhã de hoje greve em Minas Gerais e a “joia da coroa” do golpe parece quebrada. A imagem do autarca Pedro Parente alquebrado, “cabisbaixo e constrangido, renunciando ainda que pelos alegados 15 dias àquilo que o levou a aceitar dirigir a Petrobras, não poderia ser mais reveladora”, escreveu Igor Gielow. A hipótese mais provável é a da renúncia de Parente, que está “prometido” como presidente da BRF, a maior companhia de alimentos do país, com 30 marcas em seu portfólio, entre elas, Sadia, Perdigão, Qualy, Paty, Dánica e Bocatti e que está fazendo água por conta das políticas de Temer, da greve dos caminhoneiros e da incompetência de seus gestores. Se Parente, cair, pode assumir imediatamente a chefia do conglomerado.

O ocaso do golpe não tem painelaços até agora. Mas é barulhento.

Fonte: [Brasil247](#)

Expediente:

Boletim produzido pela assessoria de comunicação da CNTV

Presidente da CNTV: José Boaventura Santos

Secretário de Imprensa e Divulgação: Gilmário Araújo dos Santos

Colaboração: Jacqueline Barbosa

Diagramação: Aníbal Bispo

www.cntv.org.br
cntv@terra.com.br
(61) 3321-6143

SDS - Edifício Venâncio Junior,
Térreo, lojas 09-11
73300-000 Brasília-DF